

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2013**

Ao 11º dia do mês de dezembro de 2013, às 9 horas e 30 minutos, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência – na sua sede, à Rua da Quitanda nº 106, 3º andar. Verificada a presença de quórum, instalou-se a reunião presidida pelo Sr. Levy Pinto de Castro Filho, e secretariada pela Sra. Manuella Ramos Faria, com a seguinte pauta: **Item 1. Auditoria da Gestão Atuarial. Item 2. Auditoria de Gestão de Investimento Financeiro. Item 3. Entrega, pelo CONFIS, dos relatórios referentes aos balancetes dos meses de julho, agosto, setembro e outubro. Item 4. Assuntos Diversos.** O Presidente do Conselho, Sr. Levy Pinto de Castro Filho, deu as boas vindas a todos. A reunião iniciou-se com o **Item 1.** O Auditor Interno Isaac Henrique Pedrosa informou que foram feitas duas auditorias pela Gerência de Controle Interno e Auditoria (GCIA): a da gestão atuarial e a da gestão de investimentos, referentes ao exercício de 2013. Segundo o Sr. Isaac Henrique Pedrosa, a GCIA deixou de fazer a Auditoria de Benefícios e a Auditoria na Gestão de Folha de Pagamento porque as áreas não apresentaram a documentação solicitada no prazo, fazendo com que a Gerência optasse por deixar essas auditorias do exercício de 2012 para o primeiro trimestre de 2013. O Auditor explicou que também não foram feitas auditorias: no Sistema de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (SIPREV), porque este ainda não foi implantado no Fundo; no Mapeamento de Riscos Corporativos, porque a contratação ainda está em processo de licitação; e nos Investimentos, referente à antecipação dos Royalties e Participações Especiais, que deverá ser feita no ano de 2014, em função do grande volume previsto. Contudo, de acordo com o servidor, a Carteira Imobiliária do Rioprevidência está sendo auditada. O Sr. Isaac Henrique Pedrosa passou à apresentação do Relatório de Auditoria de Gestão Atuarial. Segundo o Auditor, a Auditoria teve como escopo: a utilização das tábuas biométricas, taxa de juros, crescimento salarial, taxa de rotatividade, regime financeiro utilizado, contribuições previdenciárias, mensuração do impacto no custo atuarial das inconsistências em banco de dados, plano de custeio adotado pelo Fundo, equacionamento do déficit atuarial, custo administrativo, equilíbrio atuarial e financeiro, e outras verificações. O servidor elucidou que as tábuas biométricas utilizadas pelo Rioprevidência são reconhecidas pela Portaria MPAS nº 403/2008 e são aderentes às características da massa de participantes. A taxa de juros real, o crescimento salarial e a taxa de rotatividade considerados no cálculo atuarial, além do regime financeiro utilizado, estão de acordo com a referida Portaria MPAS. O Sr. Isaac Henrique Pedrosa informou que o plano de custeio

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2013**

atualmente praticado pelo Fundo é composto de 33% (trinta e três por cento), sendo a contribuição patronal de 22% (vinte e dois por cento) e a do servidor de 11% (onze por cento), que é superior ao custo normal, que representa 22,18% (vinte e dois vírgula dezoito por cento); que o Fundo não mantém equilíbrio atuarial, apresentando déficit técnico atuarial de R\$36.376.908.756,09 (trinta e seis bilhões trezentos e setenta e seis milhões novecentos e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e nove centavos); e que a política adotada pelo Fundo para equacionar o déficit baseia-se na publicação da Lei nº 6.338/2012, que dispõe sobre o plano de custeio do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro e sobre as auditorias de pensão realizadas. Segundo o Auditor, não foram aplicados testes de auditoria sobre contribuições previdenciárias de servidores ativos e inativos dos demais órgãos/entidades e outros Poderes devido ao fato de a Gerência de Benefícios do Rioprevidência não dispor da base de dados da folha de pagamento. O Sr. Levy Pinto de Castro Filho indagou se o Rioprevidência não tem acesso à folha de pagamento por meio de auditoria específica, e o Sr. Isaac Henrique Pedrosa explicou que o Fundo não tem acesso a essa informação, e que o Rioprevidência somente tem acesso ao Financeiro. O servidor informou, ainda, que o relatório não demonstrou financeiramente o impacto no custo atuarial nas hipóteses adotadas por conta das inconsistências apresentadas no banco de dados; que, na avaliação atuarial, a despesa administrativa foi calculada apenas com base no total das remunerações dos servidores ativos do exercício anterior, sendo adotado o percentual de 0,57% (zero vírgula cinquenta e sete por cento). O Diretor de Investimentos do Rioprevidência, Ciro Mauro de Carvalho Giannini, disse que, com a segregação de massas do Fundo feita no ano de 2013, o total da contribuição do Estado com os servidores ativos tende a diminuir. O Gerente de Controle e Auditoria, José Roberto de Oliveira, ressaltou que depois da segregação de massas, que estabeleceu a divisão entre o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário, o Fundo está trabalhando o passivo do Fundo Financeiro com auditorias e ações de recadastramento. **Item 2.** O Sr. Isaac Henrique Pedrosa apresentou Relatório de Auditoria de Gestão Recursos Financeiros, cujo escopo contempla os seguintes elementos: processo de credenciamento e seleção das Instituições Financeiras; cumprimento do regime de alçada nas aplicações em instrumentos financeiros; composição dos investimentos financeiros em conformidade com Resolução do CMN nº 3.922/210 e com Plano Anual de Investimentos; cumprimento Meta Atuarial; e outras verificações de Auditoria. De acordo com o servidor, os procedimentos adotados para a seleção de 2013, bem como as avaliações

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2013**

mensais das Instituições Financeiras de fevereiro a abril do mesmo ano, estão de acordo com a Portaria Rioprevidência PRE nº 228/2013, e os achados foram: aceitação de declaração de inexistência de penalidade imposta pela CVM ao gestor ou administrador de Fundo de Investimento sem exigência de firma reconhecida; ausência de alguns termos de compromisso firmados entre Rioprevidência e Instituições Financeiras. No cumprimento do regime de alçada nas aplicações em instrumentos financeiros, o Auditor relatou que não foi emitida opinião devido a não apresentação dos documentos solicitados pela Auditoria Interna, e destacou que houve inexistência de conciliação entre Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) e valores registrados no SIAFEM. O Sr. Isaac Henrique Pedrosa acrescentou que a rentabilidade dos Fundos de Investimentos é inferior ao INPC + 6% a.a., e ressaltou que os Royalties do Petróleo são considerados, para fins de aplicação de recursos, no denominador da base de cálculo. Por fim, o Auditor informou que o cadastro dos responsáveis no site do Ministério da Previdência Social não está atualizado. **Item 3.** O Sr. Levy de Castro Filho entregou à Assessoria de Governança Corporativa do Rioprevidência os relatórios referentes aos balancetes dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2013, e solicitou informações detalhadas dos motivos que levaram à redução nos valores das aplicações financeiras em fundos de investimentos e dos motivos de queda percentual dos investimentos junto ao Banco do Brasil. O Sr. Ciro Mauro Giannini explicou que no penúltimo dia útil do mês de setembro houve o recebimento de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais) referente à venda de Royalties e Participações Especiais realizada pelo Banco do Brasil, na qual recursos foram aplicados, gerando uma forte concentração de aplicações no mês de setembro e a equalização (distribuição das reservas entre os fundos/ bancos) foram realizadas no decorrer do mês de outubro. A Gerência de Controladoria (GCO) entregou aos membros do Conselho Fiscal o balancete referente ao mês de novembro. O Sr. Levy de Castro Filho disse que não recebeu retorno a respeito do cadastro no SIAFEM, conforme acordado na 26ª Reunião do Conselho Fiscal. A GCO se prontificou a verificar o ocorrido e a resolver a situação o mais rápido possível. **Item 4.** O Sr. Ciro Mauro Giannini apresentou o Plano Anual de Investimento (PAI), apresentado na 59ª Reunião do Conselho de Administração do Rioprevidência, e destacou que 2014 deverá ser um ano de pouco crescimento, porque a política econômica norte-americana está estimulando o aumento das taxas de juros, o que acarretará uma mudança na precificação de ativos no mundo inteiro. O servidor explicou que o objetivo da segregação de massas no Fundo é gerar ativos para fazer

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA
REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2013**

frente às aposentadorias futuras, e apresentou quadro das alocações permitidas em comparação com a Resolução CMN nº 3.922/2010. O Sr. Ciro Mauro Giannini explicou que os recursos do fundo previdenciário serão investidos inicialmente em títulos de longo prazo, de acordo com as diretrizes do PAI. O Sr. José Roberto de Oliveira se comprometeu a enviar, por meio de correio eletrônico, o PAI e a Portaria MPS nº 440/2013. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, em comum acordo com os demais membros, encerrou a reunião, e eu, Manuella Ramos Faria, lavrei a ata que será assinada pelos demais membros deste Conselho Fiscal.

Levy Pinto de Castro Filho
Presidente do Conselho

Manuella Ramos Faria
Secretário

Walter Luiz Monteiro Heil
Membro Efetivo